

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

Início da reunião: 10,05 horas

Términos da reunião: 11,45 horas

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Vice-Presidente: José António da Costa Tomé

Vereadores: Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira
António Augusto Baptista Antunes
Carla Maria Pereira Custódio
João José da Silva Serra

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Valter Rodolfo Nunes Domingos de Moura

Cargo: Assistente Técnico

FALTAS JUSTIFICADAS: A Câmara deliberou justificar as faltas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara, João Duarte Anastácio de Carvalho e pelo Sr. Vereador Hernâni Luis Henriques Santos que se encontravam ausentes por motivos profissionais.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

ABERTURA DA ACTA

----- Aos 24 dias do mês de abril de 2019, no Salão Nobre do Edifício Paços do Município, pelas 10,05 horas, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, José António da Costa Tomé, declarou aberta a reunião, estando presentes os Srs. Vereadores Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira, António Augusto Baptista Antunes, Carla Maria Pereira Custódio e João José da Silva Serra, na qual foram tratados os seguintes assuntos:

FALTAS JUSTIFICADAS: A Câmara deliberou justificar as faltas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara, João Duarte Anastácio de Carvalho e pelo Sr. Vereador Hernâni Luis Henriques Santos que se encontravam ausentes por motivos profissionais.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO (Nº 2 do art.º 49º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): A Câmara deliberou iniciar a reunião com o Período de Intervenção Aberto ao Público, tendo-se registado as seguintes inscrições:

Nome: Patrícia Subtil e outros

Assunto: Barulhos e distúrbios provenientes do Villa Park Café

A munícipe **Patrícia Subtil** questionou quais tinham sido as medidas e/ou as resoluções tomadas pela Câmara, após a reunião de Câmara de 27.03.2019, para resolver os problemas provenientes do Villa Park Café, que reportou na aludida reunião. Referiu ainda que os mesmos continuam a existir e, inclusivamente, têm vindo a agravar-se. O Sr. **Vice-presidente da Câmara** informou que o Sr. Presidente da Câmara já reuniu com a GNR e, consequentemente, foi definido um Plano de Ação que está a ser desenvolvido. Deste modo, terão que aguardar pelos resultados. Também, paralelamente, irá ser elaborado o projeto de revisão do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, cuja deliberação foi tomada na reunião de Câmara realizada no dia 03.04.2019. A munícipe **Patrícia Subtil** referiu que espera que as respetivas medidas comecem a surtir efeito antes das noites de verão, dado que as mesmas são ainda mais problemáticas. Referiu ainda que, em relação à construção de um edifício multifamiliar na Av. José António José de Almeida, contíguo ao prédio aonde reside, já consultou, na sequência da reunião de Câmara de 27.03.2019, o respetivo processo de obras particulares, juntamente com a munícipe Sofia Rocha. Também, sobre esta questão, reuniram-se com uma técnica da Câmara. Por conseguinte, aperceberam-se que existem fogos no prédio aonde reside (Bloco 3) que vão ficar entaipados, com janelas e terraços virados para uma parede. Desta forma, sobre esta situação, disse que irão remeter uma



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

exposição à Câmara. O Sr. **Vice-presidente da Câmara** referiu que há normativos que têm que ser cumpridos. Deste modo, ao nível do projeto de construção, se alguma coisa não estiver em conformidade com os regulamentos em vigor, obviamente, que terá que ser corrigido. Portanto, para além da avaliação que os técnicos da Câmara irão fazer, também a munícipe Patricia Subtil pode, na exposição que irá apresentar, expor todas as situações que entender. O Sr. Vereador **António Augusto Antunes** referiu que, em relação à questão do Villa Park Café, na sua opinião, deve ser definido um prazo para ser dada uma resposta concreta aos condóminos. O Sr. Presidente da Câmara não está hoje presente e sabe que é ele que está a conduzir este processo, mas disse que irá solicitar, formalmente, que seja definido o aludido prazo, para que esta matéria não se arraste indefinidamente. Efetivamente, o regulamento é uma das formas para resolver ou reduzir alguns dos problemas, mas existem outras questões que foram reportadas na reunião de Câmara de 27.03.19, assim como na presente reunião, que devem ser encaradas formalmente e a Câmara tem um papel importante neste processo. Portanto, reitera que deve ser definido um prazo para ser dada uma resposta aos condóminos. O Sr. **Vice-presidente da Câmara** referiu que o Sr. Vereador António Augusto Antunes entendeu, certamente, que o Sr. Presidente da Câmara já encetou diligências para tratar deste assunto, isto é, não teve uma postura de inércia relativamente a esta matéria. Portanto, como é sabido pelo Executivo, e como já referiu na presente reunião, irá ser elaborado o projeto de revisão do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços. Realizou-se, também, uma reunião com a GNR onde esta matéria foi abordada. A munícipe **Otilia Monteiro** interveio para dizer que também é residente no Bloco 3, cuja fração fica virada para o Villa Park Café. Por conseguinte, também é confrontada com os mesmos problemas que foram reportados pela munícipe Patricia Subtil (reunião de Câmara de 27.03.2019 e presente reunião). Referiu ainda que esteve na Câmara, no dia 15.06.2015, para tratar desta matéria com o Sr. Presidente da Câmara. No entanto, até hoje, nada foi feito para resolver o problema. Deste modo, quer manifestar que, efetivamente, o modo de funcionamento do Villa Park Café está a causar muito sofrimento e muitos transtornos aos residentes do Bloco 3, cuja situação, no seu caso, está a afetar-lhe a saúde. Assim, solicitou que este problema seja resolvido de uma vez por todas. Não está a pedir que o aludido estabelecimento comercial seja encerrado. Não é isso que deseja. Apenas quer que sejam encontradas soluções para que os residentes do Bloco 3 não continuem a ser prejudicados ou não tenham os constrangimentos que já aqui foram reportados, cuja situação advém,



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

efetivamente, do modo de funcionamento do Villa Park Café. Concordou ainda com a munícipe Patricia Subtil, no que se refere aos abusos que estão a ocorrer, relativamente à utilização do espaço exterior envolvente, como, por exemplo, a circulação e estacionamento de viaturas, cuja situação tem vindo a degradar o aludido espaço. Deste modo, considera, igualmente, que a Câmara deve agir perante esta situação. O Sr. **Vice-presidente da Câmara** referiu que as munícipes Patricia Subtil e Otília Monteiro não devem ficar com a ideia que não foi feito nada para resolver esta situação. Portanto, o Sr. Presidente da Câmara assumiu, na reunião de 27.03.2019, que iria agir para, no que concerne à inadequada utilização do espaço exterior envolvente, resolver as situações que foram referidas na referida reunião de Câmara. Relativamente às restantes questões, também pode dizer que o Sr. Presidente da Câmara está determinado em resolver as situações reportadas, tendo já reunido com a GNR e apresentado uma proposta na reunião de Câmara de 03.04.2019 para que seja elaborado o regulamento supramencionado.

Nome: João da Fonseca

Assunto: Solicita que seja resolvido o assunto com a água que continua a escorrer para o seu terreno, sito em Atalaia.

Discussão/Decisão:

O Sr. **João da Fonseca** referiu que o problema das águas pluviais estarem a escorrer, indevidamente, para o seu terreno ainda não está resolvido. Portanto, embora já tenha sido retirado um tubo, é necessário que seja retirado um outro que lá está colocado de forma indevida. Deste modo, solicitou que este problema seja resolvido. O Sr. **Vice-Presidente da Câmara** referiu que tem conhecimento que já foi feita uma intervenção no local. No entanto, segundo o munícipe João da Fonseca, ainda é necessário fazer mais alguma coisa. Contudo, desconhece, especificamente, do que se trata, dado que o munícipe João da Fonseca tratou deste assunto com o Sr. Presidente da Câmara, embora tenha conhecimento que estiveram no local técnicos da Câmara. Portanto, o Sr. Presidente da Câmara está a tratar desta situação para que a mesma seja resolvida definitivamente. Por conseguinte, irá reportar ao Sr. Presidente da Câmara a presença do munícipe João Fonseca na reunião de Câmara, transmitindo-lhe as preocupações que o mesmo demonstrou, para que o problema seja resolvido com celeridade, que, segundo entendeu, é necessário retirar mais um tubo.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

A Sr. Vereadora **Vanda Oliveira** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

1.º - Barulho excessivo proveniente do Villa Park Café: Referiu que esta situação já se verifica desde 2015. Nessa data, dos vereadores presentes, já integravam o Órgão Executivo, para além dela (Vanda Oliveira), o Vereador António Augusto Antunes e a Vereadora Carla Custódio. Portanto, a Vereadora Carla Custódio está recordada, certamente, que o Órgão Executivo nessa altura fez uma visita ao local e conversaram com o arrendatário. Atualmente, não possuem um regulamento e, desta forma, estão um pouco limitados em termos de intervenção. O Sr. Vereador **José Tomé** referiu que existe um regulamento em vigor. A Sr.^a Vereadora **Vanda Oliveira** referiu que, efetivamente, existe, mas o mesmo não tem capacidade para produzir os efeitos que são necessários para resolver este tipo de situações. Deste modo, como o novo regulamento está ainda a ser elaborado, o único instrumento que lhes pode oferecer alguma defesa é o contrato de arrendamento, dado que constam no mesmo algumas cláusulas específicas. Nesse sentido, pede ao Sr. Vice-presidente que analise o respetivo documento, a fim de verificar se existe algo que possa controlar os abusos levados a cabo pelo arrendatário, dado que a situação tem estado a expandir-se. Julga que, efetivamente, o contrato de arrendamento, atualmente, será o único instrumento que poderá controlar os abusos que têm vindo a sentir-se, isto é, poderá dar força à Câmara para encetar conversações com o arrendatário no sentido de resolver esta situação.

O Sr. Vereador **João Serra** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

1.º - Limpeza de terrenos – Ações do GIPS e SEPNA: Relativamente às questões colocadas pelo Vereador António Augusto Antunes sobre a matéria referida em título, referiu que indagou o SEPNA sobre as ações que desenvolveu em anos anteriores, tendo esta entidade respondido que em 2017 não levantaram nenhum auto; em 2018 foram levantados 26 autos e em 2019, até à data, foram levantados 23 autos. De alguns dos terrenos a propriedade é a Câmara, pelo que estão a desenvolver os respetivos procedimentos para que sejam efetuadas as respetivas limpezas/desmatações. Se for necessário também farão, de forma coerciva, os respetivos trabalhos em terrenos particulares, mais concretamente, em terrenos onde o proprietário não tenha feito. Informou ainda que ainda, em relação à limpeza de terrenos, no presente ano, já foram feitas 15 ações de sensibilização, tendo as mesmas contado com 650 participantes. Foram feitas ainda 3 ações em estabelecimentos de ensino, cujas ações envolveram 220



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

crianças. E, antes do dia 15 de março, foi identificado pelo GIPS e pelo SEPNA 102 locais em situação de infração.

2.º - Deslocação à Ilha do Pico (Açores) - Enoturismo: Ação de Benchmarking na região

dos Açores: Informou que a Câmara foi convidada para participar numa ação de Benchmarking na Ilha do Pico (Açores), uma vez que o município integra a Associação de Municípios Portugueses do Vinho. Considera que foi uma experiência gratificante e uma aprendizagem, relativamente a algumas situações ao nível do Enoturismo que foram evidenciadas no aludido evento, tendo o mesmo decorrido entre os dias 10 a 14 de abril.

O Sr. Vereador **José Tomé** usou da palavra para apresentar o seguinte assunto:

1.º - Listagem relativa aos recursos humanos do Município da Lourinhã: Conforme o acordado, entregou aos Srs. vereadores do PSD a listagem referida em título, relativa ao 1.º trimestre do ano de 2019.

----- ORDEM DO DIA -----

----- INFORMAÇÃO FINANCEIRA: -----

PONTO 1 – a) Controlo Orçamental – Receita, ano: **2019**, até ao dia **22/04/2019**; **b)** Controlo Orçamental -- Despesa, ano: **2019**, até ao dia **22/04/2019**;-----

PONTO 2 - Balancete das Grandes Opções do Plano por objetivos e Programas para o ano de **2019**, até ao dia **22/04/2019**.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- EXPEDIENTE -----

PONTO 3 – REGISTO N.º 3270/2019, DE 08/04 - INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.: - Presente o ofício registado n.º **12338/2019**, de 04/04, que se anexa à Minuta da Ata, relativo à anulação da autorização de transferência das instalações da Farmácia Correia Mendes, sita na Moita dos Ferreiros.

A Câmara tomou conhecimento.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA LOURINHÃ: - Presentes os seguintes ofícios:

PONTO 4 – REGISTO N.º 3332/2019, DE 09/04: - Presente o ofício n.º **03/2019**, de 09/04, que em baixo se transcreve, a comunicar as deliberações da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 28/03/2019:

“Exmº Senhor,

Pelo presente comunica-se a V.Ex.ª as deliberações tomadas por este Órgão Deliberativo, na sua sessão extraordinária de 28 de março de 2019, a saber:



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

PONTOS	ASSUNTO	RESULTADO FINAL
I	3ª Revisão às Grandes Opções do Plano, relativa ao Ano Financeiro de 2019	Aprovada proposta, por unanimidade.
II	3ª Revisão ao Orçamento, relativo ao Ano Financeiro de 2019	Aprovada proposta, por unanimidade.
III	Não aceitação da transferência de competências no domínio da proteção e saúde animal e segurança dos alimentos	Aprovada proposta, por unanimidade.
IV	Não aceitação da transferência de competências no domínio da saúde	Aprovada proposta, por unanimidade.
V	Celebração de protocolo de colaboração com a Junta de Freguesia do Vimeiro, para atribuição de apoio financeiro, como participação no projeto Ginástica Sénior na Associação Cultural e Recreativa Vimeiro, para o ano de 2019	Aprovada proposta, por unanimidade.
VI	Acordo de regularização de dívida e anexos, com a Águas do Vale do Tejo, SA, com um plano de pagamento a 5 anos	Aprovada proposta, por maioria, com 15 votos a favor e 13 abstenções

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal,

(António Alberto de Carvalho Santos)”

A Câmara tomou conhecimento.

PONTO 5 – REGISTO N.º 3523/2019, DE 16/04: - Presente o ofício n.º 04/2019, de 14/04, que em baixo se transcreve, a comunicar as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 12/04/2019:

“Exmº Senhor,

Pelo presente comunica-se a V.Ex.ª as deliberações tomadas por este Órgão Deliberativo, na sua sessão ordinária de 12 de abril de 2019, a saber:

PONTOS	ASSUNTO	RESULTADO FINAL
--------	---------	-----------------



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

II	<i>Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão, relativos ao ano financeiro de 2018</i>	<i>Aprovada proposta, por maioria, com 20 votos a favor e 9 abstenções</i>
III	<i>Acordo de Geminação entre o Município da Lourinhã e o Município de Bad Liebenzel</i>	<i>Aprovada proposta, por unanimidade.</i>
IV	<i>Regulamento Municipal do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos</i>	<i>Aprovada proposta, por maioria, com 28 votos a favor e 01 abstenção.</i>
V	<i>Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de Água</i>	<i>Aprovada proposta, por maioria, com 28 votos a favor e 01 abstenção.</i>
VI	<i>Regulamento Municipal do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas</i>	<i>Aprovada proposta, por maioria, com 28 votos a favor e 01 abstenção.</i>
VII	<i>4ª Revisão às Grandes Opções do Plano, relativa ao Ano Financeiro de 2019</i>	<i>Aprovada proposta, por maioria, com 20 votos a favor e 9 abstenções</i>
VIII	<i>4ª Revisão ao Orçamento, relativo ao Ano Financeiro de 2019</i>	<i>Aprovada proposta, por maioria, com 20 votos a favor e 9 abstenções</i>
IX	<i>Informação n.º 3592/2019, de 19/03, da Coordenação Financeira - relativa à "Posição de compromissos plurianuais, assumidos entre o período de 01 de fevereiro e 18 de março de 2019</i>	<i>A AML tomou conhecimento.</i>

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal,

(António Alberto de Carvalho Santos)"

A Câmara tomou conhecimento.

PONTO 6 – N.º 3593/2019, DE 16/04 – ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo: - Remetido através de e-mail, presente o ofício n.º 3405/2019, de 08/04 a enviar, de acordo com o n.º 2, do artigo 7.º, da Portaria n.º 31-A/2011, de 11/01, a lista (que se anexa à Minuta da Ata) com o resultado da verificação do cumprimento dos turnos das farmácias localizadas na área territorial da ARSLVT, que foram verificadas no ano de 2018.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

A Câmara tomou conhecimento.

OUTRAS DELIBERAÇÕES

PROPOSTA: - Presente a seguinte Proposta, que em baixo se transcreve:

DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:

PONTO 7 – N.º 4849/2019, DE 17/04 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL E RECRUTAMENTO DE TRABALHADOR:

“Atendendo a que o Mapa de Pessoal para 2019, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 16 de novembro de 2018, sob proposta da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2018, prevê a ocupação do posto de trabalho abaixo indicado;

Atendendo à inexistência no Município da Lourinhã de reservas de recrutamento com as características destes postos de trabalho, bem como na entidade centralizada para constituição de reservas de recrutamento (ECCRC), do INA – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, atestada em 17/04/2019, após consulta efetuada nos termos da Portaria n.º 83-A/2009 de 22/01;

Considerando que o art.º 55º da Lei do Orçamento de Estado para 2019, aprovado Lei n.º 71/2018, de 21/12, não é aplicável ao Município da Lourinhã, podendo, assim, proceder-se a abertura de procedimentos concursais e a contratação de pessoal;

Considerando ainda que os montantes necessários à despesa estão devidamente cabimentados e comprometidos (vide documentos em anexo).

PROPONHO

Que a Câmara Municipal aprove a abertura do procedimento concursal comum abaixo identificado, e a respetiva contratação, ao abrigo do art.º 4º do DL n.º 209/2009, de 03/09, do art.º 30º da Lei do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), e da alínea a) do art.º 3º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, na redação atual, com o âmbito de recrutamento indicado:

N. º	Carreira/ Categoria	Vínculo a constituir	Área de trabalho	Unidade Orgânica	Âmbito de recrutamento
---------	------------------------	-------------------------	------------------	---------------------	---------------------------



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

1	Técnico Superior	Por Tempo Indeterminado	Cooperação e Desenvolvimento	Coordenação Intervenção Sociocultural	Candidatos com prévia relação jurídica de emprego público (RJEP) por tempo indeterminado, com RJEP a termo, ou sem RJEP
---	------------------	-------------------------	------------------------------	---------------------------------------	---

Paços do Município da Lourinhã,

O Presidente da Câmara Municipal,

João Duarte Anastácio de Carvalho, Eng.º

A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a proposta supratranscrita.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **António Augusto Antunes** abstiveram-se.

INFORMAÇÕES: - Presentes as seguintes Informações, que em baixo se transcrevem:

DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:

PONTO 8 – N.º 4655/2019, DE 12/04 – APOIO FINANCEIRO - EXPO LOURINHÃ 2019:

“O Município da Lourinhã e a ADL - Associação de Desenvolvimento Local da Lourinhã uniram esforços para a organização da edição Expo Lourinhã 2019, que terá lugar entre os dias 24 e 28 de abril. Este certame visa promover o concelho através da divulgação das atividades económicas desenvolvidas pelo tecido empresarial local e abrange os vários setores de atividade. Do Programa consta ainda a IV Edição do Concurso de Pataniscas - Pataniscar, com 23 restaurantes participantes, e muita animação musical.

Considerando que nos termos da alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio a atividades de natureza diversa e que se revistam de interesse para o Município.

*Assim, face ao exposto e considerando que o esforço do investimento a apoiar é de manifesto interesse para o concelho, proponho o que a Câmara aprecie e delibere aprovar conceder um apoio financeiro no valor de **5 000,00€ (cinco mil euros)** à ADL Associação de Desenvolvimento Local da Lourinhã, para apoio ao certame Expo Lourinhã 2019.*

O Presidente da Câmara

(João Duarte Anastácio de Carvalho)”

A Câmara deliberou aprovar.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

DA COORDENAÇÃO DE TURISMO E COMPETITIVIDADE:

PONTO 9 – N.º 4106/2019, DE 03/04 – PROGRAMA VERÃO ATIVO 2019:

“O programa Verão Ativo é uma iniciativa do Município da Lourinhã que visa dar a oportunidade aos jovens e desempregados não subsidiados de colaborar na organização de atividades desenvolvidas durante o período denominado de época alta, com programas de ocupação preferencialmente orientados para a temática do turismo e do seu aumento sazonal de procura. O programa inicia a 15 de junho e termina a 30 de setembro de 2019.

A atividade encontra-se prevista nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2019, Objetivo 3, Programa 5.0, Ano Projeto 2016, N.º Projeto 82, Ação 1, Designação Bolsas, Classificação 0102040802, Financiamento Definido 16.500,00 €, Saldo Disponível 16.500,00 €.

Após consulta efetuada aos dirigentes da CE, CIS e CTC estão planeadas as seguintes previsões mensais de despesa:

- junho: 1.260,00 €
- julho: 4.600,00 €
- agosto: 4.105,00 €
- setembro: 1.477,50 €

Caso se mantenham os pressupostos de execução, será cumprida a estimativa incluída no orçamento da Câmara Municipal para 2019.

Face ao exposto solicita-se a disponibilização do montante 11.442,50 €, para execução do Programa Verão Ativo, conforme Requisição Interna nº 786.

À consideração superior,

A assistente técnica

Ana Cristina Escalda”

A Câmara deliberou, por maioria, aprovar.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **António Augusto Antunes** abstiveram-se.

DA COORDENAÇÃO DE INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL:

PONTO 10 – N.º 4107/2019, DE 03/04 – APOIO FINANCEIRO ÀS MARCHAS POPULARES DO CONCELHO 2019:

“Integrada no programa das Festas do Concelho, a tradicional apresentação das Marchas Populares, conta com o empenho, a dedicação e o entusiasmo das coletividades e associações envolvidas, que de uma forma dinâmica vão, ano após ano, recriando novos temas.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

Um das competências das autarquias locais, no âmbito das atividades de interesse municipal, traduz-se em apoiar ou comparticipar, pelos meios adequados, atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nos termos da alínea u), do n.º 1, do art.º 33º da Lei n.º 75/2013.

Com base nestes pressupostos, proponho que a Câmara aprecie e delibere aprovar a atribuição de um apoio financeiro no montante global de **8,400€** (oito mil e quatrocentos euros) às associações que participam no desfile das marchas populares, no sentido de viabilizar um projeto que envolve custos elevados, designadamente a confeção do guarda-roupa e a criação dos arcos. **Proponho, ainda, que o mesmo seja transferido em duas tranches, a 1ª tranche de 75% até ao dia 30 abril e a 2ª tranche de 25% até 15 de junho.**

Marcha da Zambujeira e Serra do Calvo:

Entidade Beneficiária	Marcha Adultos	Marcha Infantil	Valor total a receber
Grupo D.C.R. de Zambujeira e Serra do Calvo	1200€	---	1 200,00€

Marcha da Abelheira:

Entidade Beneficiária	Marcha Adultos	Marcha Infantil	Valor total a receber
Centro Social da Abelheira	1200€	---	1 200,00€

Marcha da Adapecil:

Entidade Beneficiária	Marcha Adultos	Marcha Infantil	Valor total a receber
Adapecil	1200€	---	1 200,00€

Marcha do Centro Social de Ribamar:

Entidade Beneficiária	Marcha Adultos	Marcha Infantil	Valor total a receber
Centro Social e Cultural de Ribamar	1200€	600€	1 800,00€

Marchas de Ribamar Sêniores e Ribamar Norte:

Entidade Beneficiária	Marcha Adultos	Marcha Infantil	Valor total a receber
Junta de Freguesia	2400€	600€	3 000,00€



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

de Ribamar			
------------	--	--	--

A consideração superior,

O Técnico Superior

Ana Margarida Alexandre Baptista”

A Câmara deliberou aprovar.

DA COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO:

PONTO 11 – N.º 625/2019, DE 16/01 – BOLSAS DE ESTUDO 2018 / 2019:

“No âmbito das bolsas de estudo – ano letivo 2018 / 2019, foi deliberado pela Câmara Municipal, no passado dia 12 de dezembro, aprovar os resultados da avaliação das candidaturas apresentados na informação interna com registo nº 114148.

Uma vez terminado o período de audiência dos interessados, apresentaram reclamação pelo facto de não terem sido contemplados com atribuição de subsídio por apresentarem rendimentos per capita superior ao 3º escalão definido nº 1 do artº 22 do referido regulamento, as seguintes candidatas:

- Inês Dinis de Almeida, com registo de entrada nº 13268
- Monalisa Florêncio Barros, com registo de entrada nº 13318;
- Viktoriya Vashchynska, com registo de entrada nº 13247

Inês Dinis de Almeida

A requerente viu indeferido o subsídio a bolsa de estudo por ter apresentado rendimentos per capita superiores para efeito de atribuição de bolsa. No presente requerimento e uma vez que no processo de candidatura apresenta a categoria B do IRS, vem apresentar os cálculos para determinação do rendimento tributável que, segundo a própria, deve ser este rendimento líquido considerado na avaliação. Contudo, nos termos da alínea f) do nº 2 do artº23 do respetivo regulamento das bolsas de estudo, os rendimentos a considerar são os ilíquidos e tendo sido este o valor considerado na avaliação de situações idênticas, propõe-se o indeferimento ao pedido.

Monalisa Florêncio Barros,

Da reavaliação do processo de candidatura verifica-se que, face aos elementos apresentados, a candidata apresenta de facto um rendimento per capita superior ao do escalão III, pelo que não teve enquadramento para efeito de atribuição de subsídio. Contudo e atendendo ao facto de ser acompanhada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Lourinhã (CPCJ) – instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que, neste caso em concreto e por forma a promover a sua independência, lhe atribui para além de um acompanhamento



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

psicopedagógico e social, uma prestação pecuniária que é paga mensalmente pelos serviços distritais da segurança social e que apresenta-se como único rendimento da candidata.

Considerando as informações constante no relatório da CPCJ, que dão conta de alguma vulnerabilidade do ponto de vista socioeconómico, nomeadamente a ausência de suporte familiar, o seu acolhimento institucional – Casa Pia (Iar Areia Branca) desde criança, passando pelas ajudas mais recentes que recebe da Paróquia da Lourinhã, equilibrando todavia com o seu percurso escolar pautado por prémios de mérito e ainda as suas motivações pessoais e escolares;

Considerando também que a responsabilidade social é algo que deve se também valorizado pela Autarquia.

Entende-se, que se deva igualmente colaborar na construção do projeto de vida desta jovem, pelo que propõe-se, salvo melhor opinião, que se atribua o valor máximo da bolsa de estudo - 1.250,00 €.

Viktoriya Vashchynsca

No cálculo dos rendimentos do agregado familiar foi considerado um montante auferido pelo pai da candidata que já se encontra falecido. Ora, considerando que o referido valor deve ser retirado do montante global a apurar, da reavaliação resulta que a candidatura enquadra-se no escalão III, cujo valor da bolsa é de 500,00 €. Contudo, considerando que a aluna o ano passado beneficiou de subsídio de bolsa de estudo e não obteve aproveitamento escolar, nos termos do nº 5 do artº 21 do respetivo regulamento, ser-lhe-á dada uma segunda oportunidade com redução de 25% ao valor a que teria direito. Assim, propõe-se a atribuição do valor de 375,00 €.

À consideração superior.

A Técnica Superior

Carla Alexandre Rodrigues Henriques

Anexos:

- Registo de entrada nº 13268*
- Registo de entrada nº 13318;*
- Registo de entrada nº 13247”*

Nota: Complementada pela Informação n.º 3943/2019, de 20/03.

A Câmara deliberou aprovar o proposto na informação supratranscrita, com exceção da proposta relativa à candidata Monalisa Florêncio Barros, face à informação da Coordenação de Educação n.º 3943, de 20.03.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

PONTO 12 – N.º 3943/2019, DE 20/03 – ADENDA À INFORMAÇÃO COM REGISTO Nº 625 DE 16 DE JANEIRO DE 2019:

“No seguimento da informação nº 625/2019 e no âmbito do processo de bolsa de estudo referente à candidata Monalisa Florêncio Barros, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Lourinhã, informa que, por motivo de ordem financeira e na sequência de uma medida de promoção e proteção de acolhimento, a aluna passou a residir num apartamento de autonomização do Centro de Educação e Desenvolvimento de Santa Catarina da Casa Pia de Lisboa. Assim e atendendo que a Monalisa atualmente não reside neste concelho, entende-se, salvo melhor opinião, que a proposta de atribuição de subsídio patente na informação supra citada deve ficar sem efeito.

Ainda relativamente ao referido documento informa-se que se mantém o parecer relativo aos outros dois candidatos: Inês Dinis de Almeida e Viktoriya Vashchynska.

A Técnica Superior

Carla Alexandre Rodrigues Henriques

Anexo:

Ofício CPCJ”

Informação do Sr. Vereador José Tomé, de 01/04/2019: *“Esta informação complementa a informação com o registo MGD nº 625, que se encontra a aguardar o cabimento. Estão, assim, reunidas as condições para efetivar o cabimento e posteriormente enviar para a CM para a respetiva aprovação.”*

A Câmara deliberou concordar com a informação supratranscrita, devendo-se agir em conformidade.

DA DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS:

PONTO 13 – N.º 4577/2019, DE 10/04 – EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE CABEÇA GORDA" - TRABALHOS COMPLEMENTARES DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES - PROC N.º2 (RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DE 16/04/2019, QUE CONCORDOU COM A APROVAÇÃO:

- a) DA ALTERAÇÃO PLANTA DE PAVIMENTOS EXTERIORES NO ANEXO III;**
- b) DO MAPA DE TRABALHOS COMPLEMENTARES - SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES PROC.N.º2, QUE SE APRESENTA NO ANEXO IV;**
- c) DOS TRABALHOS A MENOS, A SUPRIMIR NO CONTRATO INICIAL NO ANEXO V**
- d) DA RETIFICAÇÃO AO PROJETO DE ESTABILIDADE - PEÇA DESENHADA 08 (ANEXO V).”**



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

*"O empreiteiro Pinto e Miranda - Engenharia e Construção, Lda., da empreitada de "Requalificação e Ampliação da Escola Básica de Cabeça Gorda", apresentou via email à fiscalização um conjunto de trabalhos complementares decorrentes de erros e omissões detetados durante a execução da obra, registando-se o ultimo trabalho reclamado com a data de 04/04/2019 em reunião de obra (Livro Obra folhas n.º16/17), mediante os quais foi formalizada a **2.ª lista de trabalhos complementares**, vide Anexo I, com registo MGD n.º4180 de 04/04/2019.*

A 2ª lista de trabalhos complementares à Empreitada de Requalificação e Ampliação da EB de Cabeça Gorda, foi submetida à apreciação do projetista – Joaquim Jerónimo, Unipessoal Lda, o qual respondeu e proferiu as suas considerações aos vários trabalhos complementares apresentados pelo empreiteiro, ver quadro Anexo II

Face ao exposto, e na qualidade de diretora de fiscalização, venho pelo presente informar que após apreciação da citada 2.ª lista de erros e omissões e considerações prestadas pelo Projetista, envio na presente informação os trabalhos complementares – mapa de trabalhos proposto (Anexo IV), considerados essenciais e necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos em obra, cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato e que resultam de circunstância não previstas, não sendo os mesmos técnica e economicamente separáveis do objeto do contrato, sem inconvenientes graves para o dono de obra, tipificados nos seguintes itens:

1) Erros de quantidade nos trabalhos contratualizados:

1.1 Artigo 1.3.4.4.2 – Regularização de paredes existentes com argamassa de cal hidráulica tipo "Secil" ou equivalente, acabamento estanhado, pronto a receber pintura, argamassa de enchimento e acabamento, análise de paredes e bases de alvenaria de pedra/tijolo, tapamento ou correção estrutural de fissuras utilizando os métodos adequados, necessários e complementar para um perfeito acabamento, tudo conforme indicações do fabricante, os desenhos e as peças escritas. Estão quantificados apenas 684 m2, sendo na realidade 1125 m2. Trata-se, portanto, de um erro de medição para mais de 441.00 m2

1.2 Artigo 9.1.3 – Fornecimento e execução de pavimento na cor cinza com peças de betão pré-fabricado à cor natural. Foi identificado um erro de quantidade da área de pavês a aplicar nos arranjos exteriores, estão quantificados no somatório dos artigos 9.1.2 e 9.1.3 um total de 220.20 m2, tendo-se verificado em obra que a área total com necessidade de pavimentar é de 487.00 m2 (peça de esclarecimento de pavimentos exteriores a executar em Anexo III), devido ao facto do estado de conservação dos pavimentos exteriores existentes se encontrarem



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

consideravelmente danificados e irregulares em quantidade superior à medida em projeto. (Ver justificação dos trabalhos omissos em projeto no ponto 2.3 desta informação)

1.3 artigo 9.11 - Execução de trabalhos de aplicação de lancil guia nos arranjos exteriores para remate do pavê conforme planta de alteração de arranjos exteriores proposta (Anexo III), numa extensão de 35 ml.

1.3 Artigo 1.3.4.2.2 - TEC 01-Tecto falso acústico em placa de gesso cartonado microperfusão 600x600x18mm de cor branca tipo "Armstrong Sahara" "ou equivalente". Verificou-se em obra que não foi incluído neste artigo a área correspondente aos vestíbulos / hall's de entrada, essencial para o correto cumprimento do Projeto Acústico. o que perfaz um erro de quantidade para mais de 66,40 m2 de área. (Ver trabalhos a menos ponto 3 desta Informação nos artigo 1.3.4.2.3 e artigo 1.3.4.2.7 Tec 02)

1.4 Artigo 2.2.4.2 - Estruturas de Betão Armado – Vigas. Foi analisado e verificado em obra uma discrepância entre os elementos estruturais a construir previstos na especialidade de Estruturas e o previsto na Arquitetura quanto á pala em consola a construir sobre os vãos do bloco do refeitório, pelo que tais discrepâncias resultam numa retificação ao Projeto de estabilidade- peça desenhada 08 (Anexo VI) e num aumento das quantidades estimadas no mapa de quantidades contratualizado, resultando nas seguintes erros de quantidades para mais, para a execução de um viga de amarração, artigo 2.2.4.2: Vigas betão armado:

2.2.4.2.1 Betão betão C30/37, erro de quantidade para mais de 2 m3;

2.2.4.2.2 Cofragem, erro de quantidade para mais de 22 m2

2.2.4.2.3 Armadura em aço A 400, erro de quantidade para mais de 45 Kg

1.5 Artigo 1.3.4.3.1 - Execução de acabamento próprio do sistema ETICS, verificou-se em obra que as medições constantes neste artigo não eram suficientes para a totalidade da superfície das paredes a revestir com o sistema ETIC's. Correspondendo a área em falta ao soco das paredes exteriores. Desta forma, optou-se por efetuar um erro de quantidade neste trabalho com preço contratual referente ao acabamento para mais 54 m2., por forma a garantir o acabamento das paredes exterior conforme projeto de arquitetura aprovado.(Ver Omissão aceite ponto 2.5)

*2) **Omissões** de trabalhos no mapa de quantidades essenciais e necessários á execução da presente empreitada:*

2.1. Execução dos trabalhos de fornecimento e aplicação de condutas de ventilação tipo SPIRO, na zona do refeitório de modo a permitir o funcionamento do recuperador de calor previsto em projeto, trabalhos não previstos e essenciais para a renovação do ar no interior do



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

espaço do refeitório e por forma a garantir uma qualidade do ar interior adequada. Quanto ao preço formaliza-se uma contra proposta quanto ao valor global de 2 000.00€, conforme indicação do projetista ao invés de 3 500,00€, tendo em conta os preços praticados para esta natureza de trabalhos em empreitadas recentes.

2.2. Execução de picagem e raspagem de paredes existentes até garantir uma base sólida, para receber acabamento conforme projeto aprovado. Uma vez que, a superfície das paredes interiores apresentavam-se com argamassas podres soltas/ocas, inviabilizando a aplicação de novo reboco sem a sua total remoção, numa quantidade apurada de 1125 m². Quanto ao preço formaliza-se uma contra proposta quanto ao valor de 8.10€/m², conforme indicação do projetista ao invés de 9.10€/ m² do empreiteiro.

2.3 Alterações nos arranjos exteriores. Durante o decorrer da obra verificou-se que boa parte dos pavimentos a manter encontravam-se em avançado estado de degradação, desnivelados e sem regularização prevista para a execução de pendentes necessárias para o normal escamento das águas pluviais. Desta forma e reanalisando o estado atual dos pavimentos exteriores existentes no recinto escolar, a fiscalização propôs ao projetista uma reformulação na área a intervencionar nos arranjos exteriores, tais como área de horta pedagógica e área de pavês, por forma a aproveitar o betuminoso em bom estado (rampa lateral de acesso de veículos e área que antecede o campo de jogos), optando-se por regularizar e aplicar pavês em toda a área circundante ao edifício escolar, por forma a garantir uma utilização segura e confortável aos futuros utilizadores sem desviveis, nem ressaltos no recreio escolar.





CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública



Neste sentido foi proposta uma planta de alteração aos pavimentos exteriores que se apresenta em Anexo III, verificando-se a necessidade de execução de trabalhos complementares omissos em projeto, tais como a regularização do pavimento exterior com materiais provenientes de rcd's até a conta indicada em projetoinicial, incluindo espalhamento e compactação para garantir uma base sólida, para a aplicação dos pavês exteriores, numa quantidade igual à área a pavimentar conforme peça desenhada retificada de arranjos exteriores (Anexo III) de 487 m². Aceite o novo preço propostos pelo empreiteiro de 3,63€/ m² para a execução deste trabalho.

2.4 Fornecimento e execução de muro para criação de acesso/varanda a cozinha de acordo com a peça desenhada nº 9, e 10, e de suporte de pavês a aplicar em pavimento exterior, em bloco de cimento 50*20*20cm, incluindo aterro e compactação, reboco e pintura, necessários para a execução do projeto aprovado. Aceite o preço proposto pelo empreiteiro de 32,50€/ m², conforme indicação do projetista.

2.5 Execução de Soco nas paredes tardoz, com sistema ETIC's equivalente ao previsto no artigo 1.3.1.1, isolamento térmico e acústico pelo exterior com 70 mm de espessura para execução de remate inferior, não medido no mapa de quantidades contratualizado, incluindo acessórios necessários a sua fixação. Com cerca de 0,90 de altura média numa extinção de 60 ml, o que perfaz 54,00 m² de área, propondo-se um valor unitário de 8.00€/ m² para o seu fornecimento e aplicação.

2.6 Execução de Murete Técnico no limite da propriedade, para instalação de contadores de eletricidade e ITED, não previsto em projeto, reclamado pelo empreiteiro em reunião de obra, o qual é essencial para a correta colocação dos respetivos contadores de acordo com a legislação em vigor. Propondo-se o Valor global para a sua execução de 500,00€.

3. Trabalhos a menos:

3.1 Na sequência da aceitação do erro de quantidade ao Artigo 1.3.4.2.2 - TEC 01-Tecto falso acústico em placa de gesso cartonado microperfusão 600x600x18mm de cor branca tipo



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

"Armstrong Sahara" "ou equivalente", não contabilizado em medições conforme exigido pelo Projeto de Acústica. Esta mesma exigência obriga a uma reformulação dos tectos falsos desenhados para este vestíbulos, eliminando-se as molduras em gesso cartonado e sua pintura inicialmente previstas, do qual resulta os seguintes trabalhos a menos, no valor total de - 636.99€ (Anexo VI – Auto de trabalhos a menos), suprimidos nas quantidades dos autos a realizar de trabalhos contratuais, na seguinte quantidade:

3.1.1 artigo 1.3.4.2.3 Tec 02 referente ao tecto falso em placa de gesso cartonado, a considerar menos 24.98 m²;

3.1.2. artigo 1.3.4.2.7 pinturas das molduras em gesso cartonado, a considerar menos 24.98 m².

Conclusão:

Tendo em conta a listagem acima identificada, formalizou-se o Processo de trabalhos complementares para o suprimento de Erros e Omissões N.º2 à empreitada de "Requalificação e ampliação da Escola Básica de Cabeça Gorda", considerando-se para os devidos efeitos o Mapa de trabalhos complementares que se anexa à presente informação (Anexo IV), os quais foram analisados e identificados pelo projetista e fiscalização como os essenciais para o normal desenvolvimento do plano de trabalhos e conclusão da presente empreitada.

Mais se informa que, que os trabalhos que se submetem à aprovação do Dono de Obra são trabalhos 100% da responsabilidade do Dono de Obra, por terem sido reclamados pelo empreiteiro ou dentro do prazo dos 30 dias que lhe era exigível a sua deteção na fase de execução da obra, n.º 4 do artigo 378.º do CCP e/ou decorrentes de incompatibilidades e indefinições constantes nos projetos e respetivo caderno de encargos entregues pelo Dono de Obra ao Empreiteiro.

Em suma, o valor total referente ao Processo de trabalhos completos para suprimentos de erros e omissões – Proc.n.º2 é de 23.345.61€ (vinte e três mil, trezentos e quarenta e cinco e sessenta e um centimos), o qual somado de anteriores trabalhos complementares aceites – Adenda n.º1 ao Contrato n.º19/2018 Proc n.º1 de Erros e Omissões, no valor de 27 270,01€ (vinte e sete mil, duzentos e setenta e um centimo), resulta num total de 50 615.62 €, correspondendo a 18.5% do preço contratual (273.000,00€- preço contratual da empreitada), superior ao limite da percentagem estabelecida no n.º 2 do artigo 370.º do CCP (10%).

Mais se informa que, da lista de trabalhos complementares que se apresenta, aos erros de quantidade e aos trabalhos similares em espécie aos trabalhos contratualizados, foram aplicados preços contratuais.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

Aos trabalhos por omissão aceites, foram atribuídos novos preços, nalguns caso foi aceite o preço proposto pelo empreiteiro, noutros foi apresentado uma contra proposta, tendo em ambos os casos sido verificados os preços de mercado atuais para tais trabalhos, conforme justificações constes no documento de análise aos Erros e Omissões pelo Projetista e Fiscalização (Anexo II).

Face ao exposto, deverá este conjunto de trabalhos não previstos e considerados essenciais a conclusão da presente empreitada de Requalificação e Ampliação da EB de Cabeça Gorda, não sendo pela sua natureza trabalhos dissociáveis dos trabalhos que se encontram a decorrer em obra e evitando constrangimentos/impedimentos na conclusão desta empreitada, que se submete á aprovação superior - Mapa de trabalhos complementares – Proc. n.º2 Erro e Omissões Empreitada de Requalificação e Ampliação da EB de Cabeça Gorda, ser alvo de um novo procedimento, nos termos n.º5 do artigo 370.º do CCP, propondo-se a sua adjudicação por ajuste direto à mesma entidade com a qual se celebrou o contrato inicial, empresa Pinto e Miranda.- Engenharia e Construção Unipessoal. Lda, pelo **preço de 23 345,61 €** (vinte e três mil, trezentos e quarenta e cinco, e sessenta e um cêntimos), com IVA em auto liquidação (6%), caução de 4% igual ao estabelecido no contrato inicial, e pelo **prazo de cerca de 30 dias** a contar da data da assinatura do novo contrato a celebrar para o feito, sendo o modo de pagamento através de um único auto de medição a efetuar, assim que se verifique a execução da totalidade destes trabalhos complementares referentes ao Proc n.º2 Erros Omissões da Empreitada de Requalificação e Ampliação da EB de Cabeça Gorda.

Sugere-se ainda, para o novo procedimento a encetar manter como Gestor de Contrato a Dr.ª Maria de Lurdes Henriques e como Diretora de Fiscalização a signatária, Cecilia Maurício, uma vez que este procedimento trata-se de uma contrato adicional ao processo inicial CP/4/2018.

Desta forma, submete-se à consideração superior para aprovação.

- a) alteração planta de pavimentos exteriores no Anexo III;
- b) Mapa de trabalhos complementares - suprimento de erros e omissões Proc.n.º2, que se apresenta no Anexo IV;
- c) trabalhos a menos, a suprimir no contrato inicial no Anexo V
- d) retificação ao Projeto de estabilidade - peça desenhada 08 (Anexo V).

Caso a mesma venha a merecer concordância do Dono de Obra (Câmara), será ordenada a sua execução dos trabalhos complementares aceites pelo Dono de Obra ao empreiteiro, nos termos do n.º 2 do artigo 370º do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

Tendo em conta que o prazo para a pronúncia sobre a Lista de erros e omissões apresentado pelo empreiteiro são 10 dias, nos termos do n.º 3 do artigo 373.º, por questões de urgência, submete-se a decisão sobre a mesma a despacho do Sr. Presidente, o qual deverá ir a ratificação na próxima reunião de Câmara.

Solicita-se ainda o posterior envio:

*- à **Coordenação Financeira** para emissão da ficha de cabimento e compromisso, tendo para o efeito introduzido o mapa de trabalhos complementares Proc. n.º 2 E&O- Empreitada de Requalificação e Ampliação da EB de Cabeça Gorda, no programa de controlo de empreitadas SCE, em uso por este Município.*

*- aos **Concurso** para abertura de novo Procedimento e CNE para providenciar o novo contrato a realizar para este efeito, adicional ao Contrato n.º 019/2018.*

Anexo I – conjunto de trabalhos reclamados pelo empreiteiro via e-mail, registo entrada n.º 4180 de 04/04/2019

Anexo II - Análise do Projetistas e fiscalização da Lista apresentada pelo Empreiteiro

Anexo III - alteração planta de aos pavimentos exteriores

Anexo IV- mapa de trabalhos complementares, para o suprimento de erros e omissões Processo n.º 2

Anexo V – auto trabalhos a menos, a suprimir no Contrato inicial

Anexo VI - retificação ao Projeto de estabilidade - peça desenhada 08.

A Diretora de fiscalização:

Cecília Gonçalves Santos Mauricio , Arq.

Parecer do Sr. Vereador João Serra, de 16/04/2019: “Concordo. À Consideração do Sr. Presidente da CML para efeitos de ratificação na próxima reunião de Câmara.”

Despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 16/04/2019: “À CM p/ ratificar.”

A Câmara deliberou, por maioria, ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 16.04.2019, que aprovou: **a)** a alteração da planta de pavimentos exteriores no Anexo III; **b)** o mapa de trabalhos complementares - suprimento de erros e omissões Proc. N.º 2, que se apresenta no Anexo IV; **c)** os trabalhos a menos, a suprimir no contrato inicial no Anexo V e; **d)** a retificação ao Projeto de estabilidade - peça desenhada 08 (Anexo V).

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **António Augusto Antunes** abstiveram-se

DA COORDENAÇÃO DE INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL:

PONTO 14 – N.º 4766/2019, DE 16/04 – RECONSTITUIÇÃO FUNDO MANEIO:



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

*“Em reunião de Câmara, realizada em 16 de janeiro de 2019, foi deliberado autorizar a constituição de um fundo de maneiio, no valor de **2.500,00€**, a favor da signatária.*

No período compreendido, entre 04 de fevereiro e 15 de abril, foram efetuadas as despesas constantes no mapa em anexo.

*De acordo, com o disposto no Pocal - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, junto remeto documentos comprovativos das despesas efetuadas, no período acima referido, no valor, de **593,65€**.*

À consideração superior,

A Coordenadora da Intervenção Sociocultural

(Mafalda Miguel Teixeira)”

Informação da Coordenação Financeira, de 16/04/2019: *“Os documentos apresentados estão em condições para que a CM autorize a reconstituição do respetivo valor”*

A Câmara deliberou, por maioria, autorizar a reconstituição em causa.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **António Augusto Antunes** abstiveram-se

OUTROS ASSUNTOS:

PONTO 15 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL PARA AQUISIÇÃO DE BETUMINOSOS

A QUENTE – LOTE 11: - Presente a Informação dos Concursos, de 08/04/2019, associada ao Registo MGD 2992/2019, de 04/03, que em baixo se transcreve:

“Junto se envia o RELATÓRIO FINAL do júri (anexo n.º 7) do procedimento referente ao processo de aquisição Betuminosos a Quente – Lote 11, abrigo do Acordo Quadro n.º4/2017 CC-OESTE, para que o órgão competente para a decisão de contratar tome a decisão de adjudicação, a que se refere o disposto no n.º1 do art.º 76.º do CCP. Junta-se também o Relatório Preliminar do Júri (anexo n.º 8) para que o órgão competente para a decisão de contratar tenha conhecimento.”

Após apreciação da Informação acima transcrita, a Câmara deliberou, por maioria, aprovar o Relatório Final (que aqui se dá por transcrito e que se anexa à Minuta da Ata), para efeitos de adjudicação.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **António Augusto Antunes** abstiveram-se.

CONTRATO:

PONTO 16 – Registo n.º 4422/2019, de 09/04 - MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO DE BETUMINOSOS A QUENTE - LOTE 11:

- Presente a Minuta do Contrato, referida em título, que aqui se dá por transcrita, fazendo parte integrante da Minuta da Ata.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

A Câmara deliberou, por maioria: **1.º** - Aprovar a respetiva minuta de contrato; **2.º** - Delegar poderes no Sr. Presidente da Câmara para assinar o contrato.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **António Augusto Antunes** abstiveram-se.

PROCESSOS JUDICIAIS:

PONTO 17 - Presente, para conhecimento, o seguinte **PROCESSOS JUDICIAIS:**

REGMYDOC N.º 2924/2019 , DE 01/04 PROCESSO N.º 867/09.7 BELSB (1ª UNIDADE ORGÂNICA) AUTOR: Município da Lourinhã RÉU: Município de Peniche	Indicação de Perito	A Câmara tomou conhecimento
REGMYDOC N.º 3519/2019 , DE 15/04 PROCESSO N.º 355/19.3 BESNT AUTOR: VALORMINHO, SA (e outros) RÉU: ERSAR Contrainteressados: Município da Amadora (e outros)	Citação Contrainteressados	A Câmara tomou conhecimento
REGMYDOC N.º 3497/2019 , DE 15/04 PROCESSO N.º 55/19.4 BELSB AUTOR: Maria Fernanda Henriques	Citação	A Câmara tomou conhecimento



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 12/2019
Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019
Pública

da Fonseca Querido (e outros) RÉU: Município da Lourinhã		
REGMYDOC N.º 3550/2019, DE 16/04 PROCESSO N.º 138/19.0 BELSB AUTOR: Zurich Insurance Public Limited Company, Sucursal em Portugal RÉU: Município da Lourinhã	Citação	A Câmara tomou conhecimento

----- Os documentos fazem parte integrante da minuta da presente Ata. -----

----- Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade, exceto aquelas em que de outro modo se refere. -----

----- A Câmara deliberou aprovar em minuta todas as deliberações tomadas nesta reunião. ----

----- E, nada mais havendo a tratar, quando eram 11,45 horas, pelo Sr. Vice-presidente da Câmara, foi dada como encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por ele e por mim _____, O Assistente Técnico -----
_____, O Vice-Presidente da Câmara. -----